

A segunda coisa, deputado Campos Machado - aí quero discordar do posicionamento do deputado Alencar Santana em relação à questão do enfrentamento político, onde temos situação e oposição -, é dizer que o secretário não se nega a qualquer tipo de debate político. Pelo contrário. O secretário Alexandre tem feito um ótimo trabalho na Secretaria de Segurança Pública, tem enfrentado o crime no nosso Estado e sempre se colocou à disposição. Inclusive o deputado Carlos Bezerra, presidente da Comissão de Direitos Humanos, fez contato comigo esta semana, antes do ocorrido, para que pudéssemos articular a vinda do secretário na Comissão de Direitos Humanos para debater a questão da chacina de Osasco, para debater o que aconteceu no Instituto Lula. Esse é um debate político. E o governo não se nega e nem se negará nesse sentido.

Então, nesse ponto discordo do deputado Alencar Santana, até para pormos fim a essa discussão de hoje.

Muito obrigado.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - Sr. Presidente, peça a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança do PSOL.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Tem a palavra o nobre deputado Raul Marcelo, para falar pelo Art. 82.

O SR. RAUL MARCELO - PSOL - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, em primeiro lugar quero declarar total solidariedade da bancada do PSOL aos servidores do Itesp, Instituto de Terras do Estado de São Paulo, que estão organizando essa mobilização em torno de uma agenda para promover a valorização dessa função de fundamental importância para o nosso Estado. (Manifestação nas galerias.)

No estado de São Paulo, temos ainda, em várias regiões, terras griladas e que até hoje o grilo continua. Se fizessemos esse enfrentamento, poderíamos ter emprego e renda, fazer com que as pessoas das favelas aqui de São Paulo, ou das cidades médias de nosso Estado, pudessem também ter acesso à terra.

Infelizmente a agenda da reforma agrária é inconclusa no Brasil. Aliás, já derrubou até um presidente. Esse, sim, caiu de pé, porque quando João Goulart colocou nas reformas de base o item chamado reforma agrária, os latifundiários de então, que hoje são chamados do agronegócio, as Kátias Abreus dos anos 50, início dos anos 60, fizeram um movimento que gerou toda uma mobilização das elites agrárias brasileiras, que acabou redundando na queda do João Goulart. No entanto, João Goulart caiu de pé, e as reformas de base continuam aí. A demanda e a agenda em torno da reforma agrária da pequena agricultura, da preservação ambiental ainda continua, e se faz necessária no Brasil.

Quero parabenizar esses servidores, porque são eles que lá na ponta vão executar essa política fundamental. Portanto, precisamos defender o Itesp. Se hoje não temos um governo que encara como estratégico o investimento na pequena agricultura, na preservação ambiental e na reforma agrária, isso não significa que no futuro não tenhamos um governo que, de fato, enfrente essa agenda. Portanto, toda a nossa solidariedade; parabéns aos servidores do Itesp, que são os servidores que de fato dão orgulho ao povo do estado de São Paulo, diferente da atual presidente da República, que pode vir a cair e implementa uma agenda de direita e tem a Kátia Abreu à frente das questões agrárias no Brasil. A Dilma Rousseff agora abraçou uma Agenda Brasil.

Li a Agenda Brasil. Eu, que sou militante da área da Saúde, vi que nessa agenda há um item que é a instituição da DRU - Desvinculação das Receitas da União, instituída pelo Fernando Henrique Cardoso em 1994 - e sabemos que o SUS recebe muito poucos recursos. E desses poucos recursos que vão para o SUS, todo ano, o governo tira 20%, por conta da famigerada DRU. Sabem o que está previsto na Agenda Brasil? A DRU 100 por cento. O governo poder manejar a totalidade dos recursos das áreas sociais, não só da Saúde, mas também da Educação. Outro ponto é a instituição da cobrança dentro do Sistema Único de Saúde.

É uma vergonha quem acha que de fato as ideias esquerdas são fundamentais para a humanidade. Quem já foi a Santiago do Chile, no Palácio De La Moneda, viu que tem na praça uma estátua do Allende enorme, abraçado à bandeira do Chile. A estátua caiu porque ela implementava uma agenda de esquerda, e caiu de pé. Aliás, continua vivo no coração e nas mentes de uma geração inteira de lutadores latino-americanos.

Estamos agora vendo um governo que pode até cair, não sei, e vai depender do presidente do Bradesco, Trabuco, que vai decidir se vai cair. Se cair, vai cair implementando uma agenda de direita: de sete aumentos na taxa de juros, de agronegócios - questões agrárias do Brasil; do Código Florestal. É uma tristeza a todos nós.

Quero dizer que ontem aconteceu na região de Piracicaba o 11º Congresso dos Servidores da Saúde, e esse tema foi tratado com profundidade. Foi um seminário de um dia para falar da Agenda Brasil, que é a proposta para destruir o Sistema Único de Saúde. Quero fazer um apelo aos deputados desta Casa, porque isso não pode acontecer. Já temos um retrocesso: a lei do SUS proíba a entrada de serviço de Saúde no Brasil de empresas brasileiras. Tem agora uma lei federal sancionada no Governo Dilma, que pode ter inclusive planos de saúde dos Estados Unidos vendidos no Brasil. Já teve então retrocesso imenso e agora podemos ter mais esse, que é a DRU 100% para a área da Saúde: seria decretar extinção daquele sonho da reforma sanitária que embalou uma geração nos anos 70 e nos anos 80, que culminou na Constituição brasileira. É o sonho de termos um SUS de fato, um sistema universalista para atender a todas as classes sociais do País. Isso para que possamos ter um pouco do estado de bem-estar social, principalmente nessa área tão fundamental, que é a da Saúde.

Deixo registrada a nossa solidariedade aos servidores do Itesp, e todo o nosso repúdio à essa Agenda Brasil que está sendo abraçada pela atual presidente da República, pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e Eduardo Cunha - que talvez caia porque o seu nome foi aparecer no Lava Jato. Hoje talvez seja denunciado. Se não for hoje, vai ser amanhã, e talvez possamos ter um processo de, no mínimo, mudança a partir da Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - Esta Presidência registra a presença do vereador Marcos Mena, atual secretário de Desenvolvimento Social da cidade de Cotia, acompanhado pelo nosso deputado Márcio Camargo. Seja bem-vindo.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - Sr. Presidente, peça a palavra para falar pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - O pedido de V. Exa. é regimental. Tem a palavra o nobre deputado Marcos Martins pelo Art. 82, pela liderança da Minoria.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, trago aqui um problema grave do Governo do Estado, através do secretário. Tenho comigo uma foto: a cadeira do secretário está vazia. Deputado Cauê, a nossa presença está lá e a cadeira do secretário vazia. Ficamos mais de uma hora esperando o secretário para falar de insegurança no estado de São Paulo. É aqui, neste Estado, que temos problemas graves. Nem água tinha - acho que a Sabesp passou por ali - para os deputados, sem falar de café. Não pedimos nada, só água. Depois de uma hora esperando, precisava ter pelo menos o direito de

tomar água. O secretário ausente e os sete deputados, da nossa bancada, presentes para tratar do problema de chacina ocorrida na cidade de Osasco, em que 18 pessoas foram assassinadas, sem contar as que foram baleadas e machucadas e que estavam nos hospitais. Há uma semana aproximadamente houve outra chacina. É verdade. Houve um soldado que morreu num posto de gasolina e que, não sei qual a razão - uma pessoa foi assaltar, talvez -, ele foi assassinado. Eu fui lá para ver.

Só que depois tivemos uma reunião com o secretário, há um mês, pedindo a ele para que cuidasse da Segurança pública em Osasco e região. O prefeito de Osasco, na presença do secretário de Segurança pública, entregou o documento pedindo mais policiais, mais segurança e mais estrutura para que a população tivesse segurança.

A nós, a resposta foi, dali um mês, uma chacina na cidade de Osasco. Que vergonha para aquela população! O prefeito fica também envergonhado ao ver uma cidade trabalhadora, de pessoas sérias, ter esse tratamento.

Lá está a foto, mostrando que o secretário não apareceu para atender sete deputados. É assim que se trata no estado de São Paulo.

\*\*\*
- É feita exibição de fotografia.

\*\*\*

Depois de uma hora, o secretário aparece lá fora, quando já estávamos saindo, dizendo para a imprensa que ele estava esperando os deputados chegarem para atender. Nós pedimos três ou quatro vezes para que ele atendesse - porque já tinha passado do horário - os deputados que estavam lá.

Já havia seis deputados lá. Apenas um não havia chegado. Era para ele atender, e não atendeu, mesmo havendo mais de três ou quatro pedidos para que atendesse.

O secretário está lá na Secretaria e não atende. Isso é uma afronta. É uma falta de respeito para tratar da Segurança da população, a Segurança pública. Uma chacina. Uma milícia. Precisa ser verificado o que aconteceu.

Mataram 18 pessoas em um dia. Há testemunhos dos vizinhos dizendo onde essas pessoas trabalhavam. “Eu conheço um que trabalhava na fábrica ‘tal’. Conheço outro que trabalhava aqui na USP, como assistente ou algo assim. O outro era pedreiro.”

Todos tinham profissão. Como pode ser dado um tratamento desses? Como o secretário da Segurança pública recebe sete deputados? Campos Machado, nós vamos encaminhar que V. Exa. está assumindo a defesa das prerrogativas, criando prerrogativas.

Mas, pior ainda, fica o registro de que o secretário faltou com a verdade, falando para a imprensa que estava aguardando a presença dos deputados. Olha os deputados ali. Sete deputados esperando, e ele não apareceu.

A nossa líder da Minoria, a Beth, lá estava antes disso. Seis e meia já estava lá esperando. Está aí a resposta da Segurança pública no estado de São Paulo.

Falam muito do Brasil. Aqui no estado de São Paulo tem violência, tem problemas no transporte, tem problemas em todas as áreas. E na Segurança pública é revoltante. É comum os deputados estarem aqui usando a tribuna e falando da falta de segurança.

A população está sendo roubada, assaltada. Principalmente a população mais pobre, que não tem estrutura, não tem segurança. O caso da delegacia lá de Jandira: a única delegacia está fechando.

Está fechando, numa cidade, uma delegacia. Quando estivemos falando com o secretário, pedindo mais segurança naquela região, um dos pedidos era que não fechasse a delegacia de Jandira.

E a cidade de Osasco precisaria ter mais policiais, pois não tem vigilância. A matança foi pior que isso, 18 pessoas morreram.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSDB - Sr. Presidente, solicito usar a palavra pelo Art. 82, pela vice-liderança do Governo. O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - É regimental.

Tem a palavra o nobre deputado Abelardo Camarinha, para falar pelo Art. 82, pelo prazo regimental.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PELO ART. 82 - Sr. Presidente, quero manifestar a minha insatisfação, o meu protesto contra os 3% que o governo federal paga para o FGTS dos trabalhadores.

Sr. Presidente, o governo pega o dinheiro a 3% e aplica a 300% no cartão de crédito, a 200% no cheque especial. E ontem a Câmara dos Deputados ia votar um aumento, um percentual mais digno, justo, e de acordo com as regras do mundo econômico do estado de São Paulo e do Brasil.

Não houve. Fizeram um acordo com o governo, com a seguinte proposta: em 2016, 4%; em 2017, 5%; e 6% em 2018. O saldo dos milhões de trabalhadores brasileiros mais uma vez foi assaltado por esse governo e por essa Câmara, que votou uma porcentagem fora da realidade econômica. O BB e a CEF pegam esse dinheiro a 3% e repassam a 200% ao ano.

Quero registrar aqui o meu protesto e hipotecar a solidariedade à bancada do PT, pelo acontecimento de hoje, com a Secretaria de Segurança Pública. Sou deputado pela quinta vez, e defendo - e como vereador defendia - que os secretários, os prefeitos, os vice-prefeitos e os diretores têm que atender os legítimos representantes do povo.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, vamos passar à Ordem do Dia.

\*\*\*

- Passa-se à

ORDEM DO DIA

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, há sobre a mesa o seguinte requerimento: “Requeremos, nos termos do Inciso III, Parágrafo único, do Art. 180 do Regimento Interno, a não realização de sessão ordinária no dia 24 do corrente, tendo em vista a realização, neste Parlamento, do encontro da União Nacional dos Legisladores e Legislativos Estaduais, Unale.” Assina o requerimento a Mesa Diretora: presidente Fernando Capez e os secretários da Casa.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

Há um outro requerimento, assinado pelo nobre deputado Marcos Zerbini, que solicita, nos termos do Art. 84, Inciso I, combinado com o Art. 87, da XIV Consolidação do Regimento Interno, licença no período de 24 de agosto de 2015 a 04 de setembro de 2015, para empreender viagem à Itália, para participar de Congresso Internacional, que ocorrerá em Cervinia, Valle d’Aosta, conforme convite oficial anexo. Esclarece ainda que a viagem não acarretará ônus algum para o erário.

Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação. As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças partidárias com assento nesta Casa, solicito a suspensão dos trabalhos por 30 minutos.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, apenas para contornar pequenos obstáculos, sobre o que o deputado Abelardo Camarinha solicitou. Irems realizar dois congressos de comissões para o PLC 56/13 e a Lei do Futebol. É muito importante que suspendamos os trabalhos para que possamos atender os justíssimos anseios dos oficiais de justiça.

O SR. MARCOS MARTINS - PT - PARA COMUNICAÇÃO - Apenas para um esclarecimento, para que se estabeleça a justiça. Não adianta escamotear. Estamos discutindo um problema do estado de São Paulo. O secretário da Segurança pública não recebeu sete deputados hoje. Podem falar de deputado federal, mas ainda é deputado estadual e tem que se interessar.

É preciso ter a solidariedade na prática. Esse secretário não nos recebeu. Sou um dos deputados. Foram 18 pessoas assassinadas. Não tem havido nenhum respeito à população e à região Oeste, de Osasco. Não adianta escamotear o assunto. Essa resposta não foi dada, não foi resolvida. E o secretário ainda fala em verdade quando diz que estava esperando os deputados chegarem. A foto mostra que lá estávamos nós e a sua cadeira estava vazia.

O SR. CAMPOS MACHADO - PTB - Sr. Presidente, quero informar ao deputado Marcos Martins que foi exatamente isso que o deputado Abelardo Camarinha disse, solidarizando-se com a bancada do PT.

Deputado Marcos Martins, o deputado Abelardo Camarinha se solidarizou com essa agressão destituída de bom senso feita à bancada do PT.

Sr. Presidente, a cada minuto que passa podemos prejudicar a apreciação do PLC 56/13. Insisto com V. Exa. sobre o pedido realizado pelo deputado Abelardo Camarinha, para que a sessão seja suspensa por 30 minutos para o congresso de comissões.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - Esta Presidência, nos termos do disposto no Art. 18, inciso III, alínea d), combinado com o Art. 68, ambos do Regimento Interno, convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, Assuntos Desportivos, Segurança Pública e Assuntos Penitenciários e Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 17 horas e 40 minutos, com a finalidade de apreciar o PL 625/15, de autoria do deputado André do Prado e outros.

Nos mesmos termos, esta Presidência convoca reunião conjunta das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e Finanças, Orçamento e Planejamento a realizar-se hoje, às 17 horas e 45 minutos, com a finalidade de apreciar o PLC 56/13, de autoria do Tribunal de Justiça.

O SR. CARLOS GIANNAZI - PSOL - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, primeiramente gostaria de registrar a presença no plenário dos trabalhadores do Itesp, que estão em greve. (Manifestação nas galerias.) Eles estão reivindicando melhores salários, melhores condições de trabalho e, sobretudo, o cumprimento da data-base salarial, que não está sendo respeitada. Aprovamos a lei em 2006 e o governo estadual não a cumpre para os servidores estatutários nem para os celetistas. É por isso que os servidores estão em greve. Outro ponto importante da pauta dos servidores do Itesp é a questão do congelamento do plano de carreira, um verdadeiro absurdo.

Estamos com um documento da Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo dizendo que o vale-refeição desses servidores não passa de R\$ 340,00. É um absurdo. É o vale-coxinha dos servidores do Itesp.

Há outras reivindicações importantes, como a licença-maternidade de 180 dias. Há inclusive um projeto de nossa autoria tramitando, que foi proposto, inclusive por esses servidores, que vai beneficiar todos os servidores e todas as servidoras celetistas do estado de São Paulo. Portanto, quero fazer este registro de apoio total à greve dos servidores do Itesp.

Sr. Presidente, passo a ler esta importante reivindicação dos servidores da Fundação Itesp, para que seja publicada no “Diário Oficial” e toda população tenha conhecimento do que está acontecendo.

“Associação dos Funcionários da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo

Carta aos deputados estaduais de São Paulo Srs. e Sras. parlamentares,

Nós, trabalhadores da Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo “José Gomes da Silva” - Itesp, estamos em greve e pedimos seu apoio. Apresentamos neste documento nossas principais reivindicações.

Sofremos perdas salariais históricas, que totalizam 40,27% incluindo a reposição da inflação de 2014, de 6,65% prevista para março deste ano, conforme a Constituição Federal. Em negociação com o secretário da Justiça e da Defesa da Cidadania, Aloísio de Toledo César, e com o diretor executivo da fundação, Marco Pilla, a reposição foi nos prometida pra o mês de agosto.

Com a negativa, atribuída à Comissão de Política Salarial da Secretaria da Fazenda, aliada ao congelamento do nosso Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), à desigualdade nos valores do Vale Alimentação/Refeição (R\$ 342,10 o menor dentre todas as entidades vinculadas à Secretaria da Justiça) e a recusa em conceder a licença-maternidade de 180 dias garantida às servidoras estatutárias pela Lei Complementar 1.054/2008, não nos restou outra opção a não ser a greve.

A Fundação Itesp responde pelo planejamento e execução das políticas agrária e fundiária do Estado de São Paulo e pelo reconhecimento das Comunidades Remanescentes de Quilombos. Atualmente os cerca de 700 trabalhadores atendem a 215 assentamentos rurais, dentre estaduais e federais, e 32 comunidades de quilombos. São mais de 10.200 famílias assistidas. A fundação também promove a regularização fundiária urbana e rural, permitindo que o Poder Público recolha o Imposto Predial e Territorial Urbano e Imposto Territorial Rural.

O atendimento às famílias tem sido prejudicado pelas péssimas condições de trabalho de seus técnicos. Cerca de 2/3 dos funcionários ganham entre R\$ 930 e R\$ 1.837, enquanto os cargos comissionados ganham entre R\$ 8.800 e R\$ 11.600. Mesmo com a determinação do governador Geraldo Alckmin, por meio do Decreto 61.132/2015, de se cortar 15% dos gastos com cargos comissionados, não há garantias de que tais cortes foram feitos na Fundação Itesp.

Diante desses fatos, estamos paralisando nossas atividades. Contamos com o apoio dos Srs. e Sras. e estamos à disposição para mais informações.

Atenciosamente,

São Paulo, 19 de agosto de 2015”

O SR. ABELARDO CAMARINHA - PSB - PARA COMUNICAÇÃO - Sr. Presidente, gostaria de esclarecer que o meu limite é de dar solidariedade à bancada do PT, que não foi recebida hoje pela Secretaria de Estado.

Eu, como vice-líder do Governo, já assomei a esta tribuna aqui, várias vezes, para dizer que vamos denunciar, vamos levar ao conhecimento do governador todas as oportunidades que um parlamentar, seja ele de que partido for, da base ou de oposição, deixar de ser recebido por qualquer agente do Estado.

Eu simplesmente posso dar a minha solidariedade. Não posso fazer outra coisa a não ser hipotecar à bancada que esteve lá hoje, as fotos que foram apresentadas aqui e a solidariedade aos mortos, à família e dizer que nós todos, paulistas e brasileiros, ficamos indignados com o que aconteceu na região Oeste. Mais do que dar minha solidariedade, não posso obrigar o secretário a recebê-lo.

Mais uma vez, quero hipotecar a solidariedade à bancada do PT que esteve hoje na Secretaria de Negócio e Segurança Pública do estado de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE - CARLOS CEZAR - PSB - Sras. Deputadas e Srs. Deputados, tendo havido acordo entre as lideranças, a Presidência acolhe o solicitado pelo nobre deputado Abelardo Camarinha e suspende a presente sessão por 30 minutos.

Está suspensa a sessão.

\*\*\*

- Suspensa às 17 horas e 41 minutos, a sessão é reaberta às 18 horas e 14 minutos, sob a Presidência do Sr. Carlão Pignatari.

\*\*\*

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, nos termos do Art. 100, inciso I, da XIV Consolidação do Regimento Interno, convoco V. Exas. para uma sessão extraordinária, a realizar-se hoje, às 19 horas, com a finalidade de ser apreciada a seguinte Ordem do Dia:

- Projeto de lei nº 1.015, de 2013, de autoria do Sr. Governador. Altera a Lei nº 13.179, de 2008, que autoriza o Poder Executivo a instituir Serviço Social autônomo denominado Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade - Investe São Paulo.

Nos mesmos termos, esta Presidência convoca V. Exas. para uma segunda sessão extraordinária, a realizar-se dez minutos após o término da primeira, com a finalidade de apreciar os seguintes vetos:

\*\*\*

- NR - A Ordem do Dia para a 44a sessão extraordinária foi publicada no D.O. de 20/08/15.

\*\*\*

O SR. MARCOS DAMASIO - PR - Sr. Presidente, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, solicito o levantamento da presente sessão.

O SR. PRESIDENTE - CARLÃO PIGNATARI - PSDB - Sras. Deputadas, Srs. Deputados, havendo acordo entre as lideranças presentes em plenário, esta Presidência vai levantar a sessão. Antes, porém, convoca V. Exas. para a sessão ordinária de amanhã, à hora regimental, informando que a Ordem do Dia será a mesma da sessão de hoje, salvo decisões das sessões extraordinárias a serem realizadas hoje.

Está levantada a sessão.

\*\*\*

- Levanta-se a sessão às 18 horas e 16 minutos.

\*\*\*

## 19 DE AGOSTO DE 2015 43ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA

**Presidentes:** FERNANDO CAPEZ, CARLÃO PIGNATARI e CHICO SARDELLI
**Secretários:** MARTA COSTA e GILENO GOMES

### RESUMO

ORDEM DO DIA

1 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Abre a sessão.

2 - CARLOS GIANNAZI

Para comunicação, destaca a presença, nas galerias, de trabalhadores da General Motors, em greve há dez dias por conta de demissões na empresa. Comunica que deve ser realizada, hoje, audiência pública sobre a questão. Tece críticas ao ajuste fiscal, que responsabiliza pelo aumento no índice de desemprego do País.

3 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Parabeniza o deputado Carlos Giannazi pelo seu pronunciamento, o qual endossa.

4 - LUIZ CARLOS GONDIM

Solicita verificação de presença.

5 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Determina que seja feita a chamada de verificação de presença, que interrompe quando constatado quorum regimental. Coloca em discussão o PL 1015/13.

6 - LUIZ CARLOS GONDIM

Discute o PL 1015/13.

7 - CARLÃO PIGNATARI

Assume a Presidência.

8 - MARCIA LIA

Discute o PL 1015/13.

9 - CARLOS NEDER

Discute o PL 1015/13.

10 - CHICO SARDELLI

Assume a Presidência.

11 - RAUL MARCELO

Discute o PL 1015/13.

12 - JOÃO PAULO RILLO

Discute o PL 1015/13.

13 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Assume a Presidência. Encerra a discussão do PL 1015/13. Coloca em votação e declara aprovado o PL 1015/13, salvo emenda.

14 - BETH SAHÃO

Solicita verificação de votação.

15 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Defere o pedido. Determina que seja feita a verificação de votação, pelo sistema eletrônico.

16 - ATILA JACOMUSSI

Declara obstrução do PCdoB ao processo de votação.

17 - JORGE CARUSO

Declara obstrução do PMDB ao processo de votação.

18 - EDMIR CHEDID

Declara obstrução do DEM ao processo de votação.

19 - LUIZ CARLOS GONDIM

Declara obstrução do SD ao processo de votação.

20 - JORGE WILSON XERIFE DO CONSUMIDOR

Declara obstrução do PRB ao processo de votação.

21 - ROQUE BARBIERE

Declara obstrução do PTB ao processo de votação.

22 - RAUL MARCELO

Declara obstrução do PSOL ao processo de votação.

23 - JOÃO PAULO RILLO

Declara obstrução do PT ao processo de votação.

24 - CORONEL CAMILO

Declara obstrução do PSD ao processo de votação.

25 - DELEGADO OLIM

Declara obstrução do PP ao processo de votação.

26 - MARCOS NEVES

Declara obstrução do PV ao processo de votação.

27 - RODRIGO MORAES

Declara obstrução do PSC ao processo de votação.

28 - ANDRÉ DO PRADO

Declara obstrução do PR ao processo de votação.

29 - FERNANDO CURY

Declara obstrução do PPS ao processo de votação.

30 - PRESIDENTE FERNANDO CAPEZ

Registra as manifestações. Anuncia o resultado da verificação de votação, que não atinge quorum regimental, ficando adiada a votação.

31 - RAUL MARCELO

Para comunicação, sugere a realização de audiência pública sobre o PL 1015/13.